

Entre medos, expectativas e pertencimentos: acionamentos nostálgicos e ressonâncias políticas na Frente Parlamentar em Defesa da Educação sem Doutrinação Ideológica

Eduardo Moura Oliveira^{1*} 

Resumo

Este artigo busca mapear o debate teórico a respeito de algumas representações do tempo e das emoções vinculadas a partir de diagnósticos da contemporaneidade, considerando a hipótese da nostalgia como recurso aos anseios políticos diante de um futuro representado como inseguro e um presente marcado pelo diagnóstico do esgotamento. O trabalho explora o debate teórico sobre as temporalidades históricas e suas formas de apropriação do ponto de vista das subjetividades, na cultura e na política. Na segunda parte, procura levantar uma reflexão sobre as inseguranças, através da passagem entre gerações, até o debate sobre o esgotamento contemporâneo, através de teorias sociológicas. Na sequência, é feita uma análise dos documentos da Frente Parlamentar em Defesa da Educação sem Doutrinação Ideológica (FPDEDI), movimento político ligado a nostalgias do pertencimento capazes de resgatar passados ressignificados, de modo a nutrir expectativas. O trabalho visa, ainda, explorar o rendimento analítico de temas como emoções, política e discursos a partir das inseguranças contemporâneas.

Palavras-chave: teoria sociológica, temporalidade, política, nostalgia, educação.

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Departamento de Antropologia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

*Correspondência: eduardomoura@gmail.com

Between fears, expectations and belongings: nostalgic speeches and political resonances in the Parliamentary Front in Defense of Education without Ideological Indoctrination

Abstract

This article seeks to map the theoretical debate regarding some representations of time and the emotions, linked through contemporary diagnoses, considering the hypothesis of nostalgia as a resource for political desires in the face of a future represented as insecure and a present marked by the diagnosis of exhaustion. The work explores the theoretical debate on historical temporalities and their forms of appropriation from the point of view of subjectivities in culture and politics. In the second part, I seek to raise a reflection on insecurities, through the transition between generations, to the debate on contemporary exhaustion, through sociological theories. Next, an analysis is made of the documents of the Parliamentary Front in Defense of Education without Ideological Indoctrination (FPDEDI), a political movement linked to nostalgia for belonging capable of rescuing resignified pasts in order to nourish expectations. The work also aims to explore the analytical performance of themes such as emotions, politics and discourses based on contemporary insecurities.

Keywords: sociological theory, temporality, politics, nostalgia, education.

1. Introdução

O objetivo deste artigo é explorar as relações entre diagnósticos teóricos da crise das expectativas individuais e os acionamentos de temporalidades voltadas a estados emocionais nostálgicos na política contemporânea. Hoje em dia, um conjunto de inseguranças marca o horizonte de expectativas que envolvem o campo semântico da ideia de realização, seja no âmbito individual ou coletivo. Se a subjetividade moderna se movimentou de forma errática e instável no limite de modos de existência públicos e privados (Sennett, 2014b), confiantes e arriscados (Giddens, 1991), fixos e fluidos (Bauman, 2001), um aspecto dessa realidade ocupa o debate público vinculado aos discursos em defesa da liberdade individual e autogestão do tempo: o desejo de retorno a arranjos epocais capazes de resgatar significados de estabilidade e restaurar sentidos de pertencimento coletivo. Nesse sentido, a pesquisa procura identificar as formas de mobilização de signos nostálgicos no documento de abertura de uma Frente Parlamentar para Educação criada em 2023, capaz de conjugar o medo do futuro com a revitalização de passados ressignificados.

O percurso teórico metodológico inclui uma revisão de literatura de autores que problematizaram a experiência da passagem do tempo na modernidade, seja no contexto das expectativas de futuro até o debate sobre o presenteísmo. Vivenciada em termos de estagnação, essa experiência temporal tende a realizar movimentos nostálgicos de revitalização imaginada de ordens políticas e sociais mais rígidas. Essa hipótese de trabalho deságua em uma análise do documento de criação da Frente Parlamentar em duas de suas expressões: a ata de requerimento junto à Câmara do Deputados e o Estatuto em inteiro teor, que contém justificativas, posicionamentos e objetivos. Ainda sobre a metodologia, ao explorar analiticamente discursos e expectativas sociais na cultura, tomo como referência a abordagem transdisciplinar de van Dijk (2012), segundo a qual o discurso se refere a uma dimensão atravessada por crenças e

enredada a práticas, estabelecendo disputas de poder através do que se fala e do que se escreve.

A proposta busca refletir sobre as conexões entre os discursos políticos e a mobilização de estados emocionais voltados ao passado, em especial, a linguagem nostálgica no documento do legislativo. Na análise, foi possível identificar a defesa dos valores tradicionais frente a uma suposta ameaça de doutrinação ideológica. Paralelamente, cabe destacar, ainda, como *nota etnográfica*, a apresentação visual dos parlamentares, o que configura relações paradoxais de figuras políticas apresentadas como joviais e extrovertidas, no entanto, posicionadas no espectro conservador. A conjugação entre políticos jovens e signos do passado expressaria o símbolo da garantia de horizontes mais seguros na política – uma vez ancorados nas referências do passado como forma de combate às incertezas do futuro. Não obstante, em relação ao campo de análise, não cabe aqui um estudo nem do aspecto visual, nem das formas de atuação dos parlamentares em sentido amplo, considerando votações, campanhas e discursos. Nesse sentido, em função dos limites de espaço, o recorte envolve a mobilização discursiva presente no Requerimento 2196/2023 da Frente Parlamentar em Defesa da Educação sem Doutrinação Ideológica (FPDEDI), disponível no *site* da Câmara dos Deputados do Brasil (2023)¹.

O texto está dividido em quatro partes. Na primeira, a modernidade é apresentada da perspectiva da passagem de expectativas futuras para um quadro de estagnação no presente em relação aos anseios políticos. Na segunda parte, através das teorias sociológicas, os processos de aceleração na modernidade serão reexaminados em função de suas relações paradoxais com movimentos nostálgicos, uma abordagem que abre para a terceira parte, na qual a experiência de tempos inseguros é refletida à luz de expectativas políticas tendentes a ordenamentos mais rígidos. Finalmente, na quarta parte, uma análise do documento da FPDEDI é

¹ O inteiro teor do Requerimento de registro da Frente Parlamentar está disponível (Câmara dos Deputados do Brasil, 2023).

levantada a partir das relações entre nostalgias ligadas a projeções de novas políticas, configurando relações específicas com as temporalidades.

2. Temporalidades históricas em perspectiva: do *futocentrismo* ao *presentismo*

A modernidade apresentou um tipo de relação subjetiva com o tempo marcada pelo que Hartog (2013) denominou concepção futurocentrada, isto é, aberta à ampliação de direitos políticos, civis e sociais através do refinamento de uma racionalidade tecnológica. Com o desgaste dessas expectativas, em face de guerras, conflitos coloniais, crises econômicas e fim do socialismo, uma realidade política e social se impôs pelo aumento das violências e desigualdades. A sensação de hipertrofia assumiu a forma de um presente não mais apontado para um horizonte, mas expressão da estática sensação de aprisionamento. Esse fosso apontado por Koselleck (2006) entre experiência e expectativa constitui um processo de dilatação do presente, apontado dentro dos regimes de historicidade de Hartog (2013).

[O] presenteísmo pode, assim, ser um horizonte aberto ou fechado: aberto para cada vez mais aceleração e mobilidade, fechado para uma sobrevivência diária e um presente estagnante. A isso, deve-se ainda acrescentar outra dimensão de nosso presente: a do futuro percebido, não mais como promessa, mas como ameaça; sob a forma de catástrofes, de um tempo de catástrofes que nós mesmos provocamos. (Hartog, 2013, p. 15).

De um futuro como progresso para um futuro como ameaça, uma série de leituras antecipam o quadro de desorientação, do ponto de vista de produção de subjetividades, muito antes das ondas nostálgicas recentes, na cultura e na política. Para François Dosse (2018), tal quadro de destruição, reflexo de uma convergência histórica incomparável entre racionalidade

e produção de morte em série, reformulou o passado europeu em tons pessimistas, momento em que as noções de futuro como ruptura evolutiva deram lugar a uma espécie de luto pelo que se perdeu no passado.

Resultou daí uma dilatação do presente, uma presentificação do passado e um modo de relação com a historicidade em que o presente já não é pensado como antecipação do futuro, mas como campo de reciclagem do passado de modo genealógico. O futuro dissolve-se e o presente imóvel permite que o passado não se distancie (Dosse, 2018, p. 482).

O problema de um aprisionamento no presente estabelece um paradoxo com a necessidade de transmissão cultural dos modos de vida através de gerações, incluindo aí as conquistas democráticas. O que é aprendido se torna, no decorrer do tempo, problemático, o que exige reflexão constante (Mannheim, 1982). Paralelamente, do ponto de vista subjetivo, o indivíduo se relaciona no tempo buscando formas mais aperfeiçoadas de si, orientado por desejos, interesses e necessidades (Simmel, 1988). Diante desse paradoxo do declínio de expectativas futuras e necessidade de reflexão sobre futuros, uma conjunção ambivalente formada pela tensão entre mudança e preservação opera nas formas subjetivas de lidar com a passagem do tempo.

A concepção de uma dupla dimensão do tempo admite argumentar formas subjetivas de acionamentos de passados que se movimentam menos no registro de realidades e mais voltados a possibilidades legisladas por interesses e desejos individuais. Simmel (1988) formula a dualidade individual como resultado de um processo marcado pelas lutas entre a vida subjetiva e uma realidade externa disposta nas edificações de uma cultura objetiva. Assim, a cultura nunca é apenas o que ela apresenta em determinado momento, mas inclui uma dimensão inalcançável contida em si mesma, movimento simultâneo de possibilidades e impossibilidades.

No meio deste dualismo reside a ideia de cultura. Baseia-se num fato interior que só pode ser expresso completamente alegoricamente e um tanto vagamente como o caminho da alma para si mesma. Pois nenhuma ideia é apenas o que é neste momento, mas sempre algo mais: uma forma mais elevada e mais perfeita de si mesma dentro de si, não concreta, mas ainda de alguma forma presente. Não nos referimos aqui a um ideal nomeável, fixado em algum ponto do mundo intelectual, mas antes à libertação das tensões que nele residem, ao desenvolvimento da sua forma embrionária individual obedecendo a um impulso formal interno (Simmel, 1988, p. 204, tradução minha).

Como algo em movimento, a cultura não é algo encerrado em si, mas uma liberação de energias tensionadas pelo indivíduo em suas potencialidades e pelas movimentações históricas. “Enquanto toda coisa inanimada possui apenas o momento do presente, aquilo que está vivo se estende de maneira incomparável ao passado e ao futuro” (Simmel, 1988, p. 205).

Simmel formula um traço da condição individual atravessado pela conexão entre passado e futuro. Já no terreno da ação política, citando o escritor René Char, Hannah Arendt reflete sobre o que seria uma síntese da erosão das formas de solucionar os problemas do presente: “nossa herança foi deixada sem nenhum testamento” (Arendt, 2011, p. 28). Referindo-se a esse “tesouro perdido”, a função do testamento é a de comunicar as posses do passado para um futuro, de modo a preservar conteúdos pela indicação de seus valores, como a liberdade pública e a garantia de direitos políticos. Na metáfora de Arendt, os “herdeiros”, os vivos, tiveram essas posses em suas mãos, mas o declínio do pensamento enquanto *testamento*, atividade crítica de mediação entre o lastro de passado e o horizonte de futuro, leva a autora a mobilizar as preocupações de Tocqueville a respeito das democracias: “desde que o passado deixou de lançar luz sobre o futuro, a mente humana caminha nas trevas (Tocqueville,

citado por Arendt, 2011, p. 32). Sua análise argumenta pela mobilização do passado em termos de interpretação crítica – ou seja, o passado não como guardião de conceitos tradicionais fixados, mas como dimensão que emerge dos acontecimentos suscitados pela experiência viva do presente. Arendt refere-se a um esforço de revitalização crítica dessa lacuna, a qual neutraliza a política.

A reflexão sobre o tempo em Arendt permite pensar como as lacunas de um presente dissociado da expectativa de progresso deram lugar a movimentos contemporâneos de recuperação de “heranças” de passados em “formas ocas”. Um caso recente é o das formas de mobilização das noções de liberdade², defendidas em seus brados por movimentos políticos de extrema-direita, os quais ressignificam e descontextualizam conteúdos do passado como instrumento de sustentação de agendas políticas específicas³. Nesse ponto, a articulação entre a experiência subjetiva da passagem do tempo encontra ressonâncias na cultura e na política.

3. Do paradoxo da aceleração aos anseios nostálgicos

Na teoria sociológica, outros autores diagnosticaram as transformações das relações temporais e suas consequências, como a passagem de futuros utópicos a futuros catastróficos e complexos de Urry (2016), a compressão do tempo-espço das práticas de Harvey (2006), o desencaixe espaço-temporal de Giddens (1991), a mutação das estruturas temporais pela aceleração de Rosa (2019). Por todo lugar, a avidez por mudança na cultura e na política aparecia como forma de escapar de um presente sufocante.

² Para um debate sobre a precariedade dos sentidos políticos das noções de “liberdade” e de “democracia” em tempos de crise, ver análise dos discursos bolsonaristas pró-golpe em Penteado et al. (2025).

³ Sobre a revitalização de passados, cabe mencionar as versões recentes da marcha da família que ocorrem desde 2014, inspiradas nos acontecimentos dos anos 1960 (Pinho; Santiago, 2014).

Mesmo onde os sujeitos não trocam suas residências, parceiros sociais, nem objetos materiais importantes, como a sua casa e seu carro, ou até a sua bolsa, essas relações se tornaram, no horizonte da modernidade (tardia), tão contingentes que a troca é, a todo momento, uma possibilidade real, que a “persistência” diante do movimento quase deve ser justificada (Rosa, 2019, p. 206).

A intensificação do desejo por mudanças como forma de ampliação das potencialidades individuais orientou os modos de usufruto da “herança” legada pelo passado. Diante de futuros ameaçadores, foi a recuperação destituída de crítica, nos termos de Arendt (2011), que inspirou nostalgias de restauração da ordem e revitalização do pertencimento. A cultura, algo em sempre movimento e projetado a formas mais aperfeiçoadas de si, de acordo com Simmel (1988), exigiu transformações abertas a novas possibilidades, no entanto, desvinculadas das noções de futuro em sua dimensão ameaçadora. Para Hartmut Rosa (2019), a experiência moderna é vivida como amor ao movimento em si, inclusive o movimento para direções cada vez mais distantes de identidades substancializadas, ou seja, aquelas que atribuem ao sujeito um lugar na estrutura do mundo.

Na Modernidade, a individualização, processo que atribui ao indivíduo a responsabilização por seu destino, ao requisitar um contínuo de mudança, estabelece uma relação intrínseca entre temporalidades e regimes mais estáveis. “Quando a responsabilidade por aquilo que alguém faz da vida e pela busca do projeto constitutivo de identidade é do próprio indivíduo, este se vê obrigado a tomar medidas preventivas” (Rosa, 2019, p. 458-459). No que chama de temporalização da vida, Rosa identifica a passagem de uma *identidade substancial a priori*, definida pela tradição do passado, para um modelo de *identidade estável a posteriori*, definida pela liberdade de escolha e autodeterminação. Não obstante, a ideia de *identidade estável a posteriori* considera o transcórre do tempo de vida, modo pelo qual

indivíduos vinculam suas identidades a sistemas de educação, na infância, e sistemas previdenciários, na velhice. Se as identidades são livres e autodeterminadas, por um lado, elas também se inscrevem em percursos socialmente vinculados, a começar pelos documentos de constituição da cidadania, como certidões de nascimento e registros de pessoa física. Rosa pontua a temporalização em *regimes de percurso*, etapas biográficas da trajetória individual vinculadas a essa noção de identidade apontada para um sentido de estabilidade *a posteriori*. A passagem no âmbito das profissões em etapas como *formação*, *profissão* e *aposentadoria* é um desses exemplos. Já no âmbito da formação familiar, a passagem da *infância na família de origem* para a *família própria* até o *arranjo familiar na velhice* constitui um esquema biográfico ligado à identidade como percurso (Rosa, 2019, p. 460).

Com base no trabalho de Elias sobre os avanços dos patamares de confiabilidade pelo autocontrole e suas relações com a formação das instituições, Rosa argumenta que a identidade só pode se movimentar dentro de determinada ordem garantidora de algum grau de previsibilidade. A confiabilidade das instituições corresponde à representação da estabilidade de cada identidade em movimento. O autor propõe um esquema paradoxal capaz de conjugar a estabilidade das estruturas com o dinamismo das mudanças aceleradas. Baseado nos paradoxos de teorias clássicas – em Simmel, a individualização e o paradoxo da massificação; em Durkheim, a estrutura orgânica e o paradoxo da desintegração –, a combinação de um caráter estático e ao mesmo tempo dinâmico na modernidade ocorre não de maneira uniforme, mas ondulatória: “os ímpetus de individualização são acompanhados de ‘receios comunitários’ e contramovimentos correspondentes” (Rosa, 2019, p. 121). Portanto, elementos do passado coletivo retornam como reações ao movimento de aceleração, onde as nostalgias podem ser identificadas como expressões da cultura moderna.

O paradoxal-complementar avesso da aceleração social, a saber, a sensação de uma profunda estagnação estrutural e cultural, que acompanha a história aceleratória moderna como uma sombra, poderia também se impor na autopercepção cultural da Modernidade Tardia. A metáfora da paralisia frenética parece, em todo caso, duplamente adequada pra escrever a experiência temporal vinculada à forma de identidade situacional: o tempo acelera porque, no espaço dos fluxos, os índices de mudanças aumentam, e porque a *descontextualização* e a *episodificação* das vivências e ações fazem tendencialmente que os rastros de lembrança se apaguem [...] e o tempo se torna *inerte* porque o *tempo atemporal*, por detrás das transformações, não permite mais reconhecer qualquer desenvolvimento, de forma que a vida, em face da carência de perspectivas de modelação temporal, se apresenta como um errar desnorreado por situações cambiantes, se assemelhando, com isso, *o eterno retorno do mesmo* (Rosa, 2019, p. 498).

Esse paradoxo da aceleração oferece uma chave teórica de compreensão das resistências à passagem do tempo. Rosa destaca que a pressão temporal recorrente gera estresse e sofrimento psíquico, marcados pela “incapacidade de sustentar suas energias em um objetivo fixo”, o que resulta em monotonia e vazio (Rosa, 2019, p. 501).

O paradoxo da aceleração em Rosa permite situar fenômenos culturais que vão desde o (re)lançamento de produtos “retrô”, passando pelo retorno de estilos artísticos, até o surgimento de figuras políticas capazes de combinar, através de uma roupagem progressista, discursos marcados pela revitalização de passados, inclusive passados não vivenciados. Nesse ponto, a política oferece abrigo às nostalgias.

Dotada de um sentido de revitalização do passado, a nostalgia pode ser entendida como resistência das identidades individuais ou coletivas diante da ação do tempo (Davis, 1979), uma “reação contra o irreversível”

(Jankélévitch, 1974) cuja expressão toma o passado como referência de investimentos emocionais e cognitivos de modo a ocupar um lugar central para a compreensão do espectro conservador na política. Conceitualmente, a nostalgia atravessa linhas literárias e historiográficas, do desejo de retorno à casa do herói Odisseu aos diagnósticos do médico Johannes Hofer, no Século XVII, a respeito do sofrimento dos soldados suíços diante da impossibilidade de deixar o campo de batalha e voltar à terra natal (Natali, 2006). Nostalgia vem da raiz grega formada pelo composto *nostos*, que significa “regresso” e do termo *algos*, que significa “dor”. Esse sofrimento fundado na ideia de regresso guarda o potencial de restaurar sentidos e abrigar identidades em meio à ameaça de transformação provocada pela passagem do tempo: “a nostalgia é a ‘doença’ da distância temporal e da desterritorialização” (Boym, 2001).

A nostalgia, nesse sentido, vai de experiências triviais prazerosas, como um estilo de roupa ou uma série de TV, passando por práticas, como o retorno das técnicas de parto natural e o consumo de comidas orgânicas, até manifestações políticas baseadas em leituras da cultura em termos de perda (Cross, 2017). De acordo com Angé e Berliner (2015), a nostalgia conecta sentidos a práticas, o que permite compreender como as formas de investimento emocional nostálgicas fundamentam expectativas políticas. Para os autores, a nostalgia é capaz de revitalizar inclusive sentimentos daquilo que não se viveu de fato e apenas habita o imaginário. Apontam, como exemplo, o fascínio em sua geração despertado pela nostalgia do maio de 68, uma época em que os autores não vivenciaram. “Estou pensando aqui em meu arrependimento por uma era intelectual idealizada de maio de 68 que não vivi. Em todo o mundo, jovens ansiavam por um país que normalmente não conheceram e que provavelmente nunca existiu” (Angé; Berliner, 2015, p. 21, tradução minha).

Hoje, a nostalgia dissocia-se da experiência vivida através de exemplos como a recuperação de estilos musicais, como o samba e o rock, de movimentos estéticos, como o *vintage*, além das linguagens

cinematográficas e outras expressões. Recentemente na política brasileira, uma série de signos do passado foram revitalizados no contexto do bolsonarismo, movimento múltiplo e heterogêneo que reúne apoiadores do ex-presidente (Pinheiro-Machado; Freixo, 2019). Entre tais signos, o passeio coletivo composto por dezenas de motos que atravessam inúmeras regiões do país, as motociatas, um movimento cuja origem remonta uma estética fascista ligada aos passeios do ditador italiano Benito Mussolini nos anos 1930 (Palácio, 2021). Paralelamente, movimentos como a “Marcha da família”, nos últimos anos, resgatam os sentidos da antiga “Marcha da família com Deus pela liberdade” de 1964, movimento conservador de apoio à ditadura sob alegação de “ameaça comunista” (Pinho; Santiago, 2014). Essa linguagem nostálgica se manifestou particularmente através da campanha que o corpo de apoiadores de Bolsonaro fazia em sua defesa, através de meios digitais com enorme capilaridade, em função da universalização do acesso a *smartphones* – Whatsapp, YouTube, X, Facebook, entre outras plataformas (Cesarino, 2019). Entre discursos de invalidação de opositores e negacionismos, mobilizações pela revitalização do autoritarismo, tendência recorrente nas democracias pelo mundo (Laclau, 2005; Cesarino, 2020).

É com base no medo de futuros apresentados como ameaçadores e diagnósticos sociais marcados pelo declínio de perspectivas (Rosa, 2019) que as âncoras do passado se abrem como possibilidades abertas, capazes de produzir pertencimentos, reestabelecer identidades e recuperar um sentido de continuidade inscrito naquilo que Giddens pontuou como *segurança ontológica*, forma individual de se colocar no mundo, cuja projeção se baseia na expectativa de relativa previsibilidade, constância e confiabilidade: “a confiança que os mundos natural e social são como parecem ser” (Giddens, 2003, p. 444).

Recentemente, os vínculos entre expectativas políticas e anseios nostálgicos têm se tornado recorrentes em campanhas e discursos (Miguel, 2021; Cesarino, 2021). Neste registro, cabe explorar como as nostalgias se conectam a horizontes de segurança e expectativas políticas nos discursos

sobre educação. Diante dessa tendência à revitalização de passados, dimensão que aparece na contramarcha do presenteísmo histórico e dos futuros ameaçadores, uma inquietação surge: como as nostalgias vinculadas a uma recuperação de ordenamentos mais rígidos se relacionam com estados de insegurança individual no presente?

4. Experiência temporal, medo do futuro e expectativas políticas

De acordo com pesquisa da Open Society Foundations (2023) realizada em mais de 30 países, são as gerações mais jovens as que mais desconfiam dos regimes democráticos como forma de organização política capaz de resolver os problemas das populações. Entre as 36 mil pessoas entrevistadas entre países como Brasil, França, Estados Unidos, África do Sul, Argentina, México e Índia, 42% dos jovens entre 18 e 35 anos diziam apoiar regimes militares.

A idade parece ser um fator na formação de atitudes em relação à democracia. Houve menos entusiasmo pela democracia entre os jovens dos 18 aos 35 anos, com 57% preferindo-a a outras formas de governo. Para aqueles com 56 anos ou mais, o número foi de 71%. A faixa etária dos 18 aos 35 anos registou maior apoio ao regime militar (42%) do que aqueles com idades compreendidas entre os 36 e os 55 anos (33%) e aqueles com idade igual ou superior a 56 anos (20%). Da mesma forma, 35% desta faixa etária mais jovem simpatizava com a ideia de um líder forte que abolisse os parlamentos e as eleições. Os números foram de 32% para aqueles com idade entre 36 e 55 anos e 26% para aqueles com 56 anos ou mais (Open Society Foundations, 2023, p. 18, tradução minha).

Do prisma qualitativo, o critério baseado em cortes geracionais deve estar ligado a outros marcadores, como gênero, raça, classe socioeconômica

e território (Duffy, 2021). De acordo com Mannheim (1982), as gerações não devem ser estudadas dentro de ordens lineares e essencialistas baseadas no crivo da idade, mas através da identificação de problemas geracionais capazes de tensionar os fluxos temporais. Nesse registro, é possível, por exemplo, considerar gerações mais jovens como “nativos digitais” em função do acesso a tecnologias, internet e dispositivos móveis. Para as gerações atuais, as relações entre as novas experiências comunicacionais, incrementadas por fenômenos como uso de plataformas digitais, *big data*, inteligência artificial e redes sociais, transformaram profundamente os modos de mobilização, especialmente nas disputas pelo controle dos fluxos informacionais (Marques et al., 2025). Significa uma ampliação drástica nos modos de sociabilidade, que implica na expansão das formas de participação política, identificando mecanismos de dominação e formas de resistência entre os mais jovens. Assim, é possível argumentar a relação entre o tempo vivido, participação tecnopolítica e expectativas a partir de determinadas gerações.

A idade tornou-se uma das linhas divisórias políticas mais proeminentes em vários países, e parece provável que a pandemia acelere essas tendências. Ao longo da história, pensadores influentes afirmaram que tempos tumultuados despertam a consciência geracional. Um dos pais de pensamento geracional, o sociólogo húngaro Karl Mannheim, delineou uma visão convincente de por que isso é importante, aproveitando a convulsão de sua própria vida, na primeira metade do século XX. Para Mannheim, as gerações não são apenas um grupo de pessoas nascidas ao mesmo tempo; eles têm uma identidade social formada por experiências comuns e, muitas vezes, traumáticas. Tendem a formar nossos sistemas de valores e comportamentos durante o final da infância e início da idade adulta, então, grandes eventos têm um impacto muito mais forte nas pessoas que os vivenciam ao atingir a maioridade (Duffy, 2021, p. 13, tradução minha).

Do ponto de vista analítico, cabe estabelecer relações a partir da “situação comum que certos indivíduos suportam como sua ‘sina’ na estrutura econômica e de poder de uma determinada sociedade” (Mannheim, 1982, p. 70). Tal chave permite pensar nas associações entre gerações temporalmente mais próximas de guerras e sentimentos de repulsa e pavor em relação a guerras. Paralelamente, gerações mais imersas em períodos históricos mais democráticos e voltados à ampliação de direitos pelo princípio da igualdade podem demonstrar simpatias ou curiosidades pelo seu oposto, por autoritarismos e redução de direitos.

Entre outros aspectos, como a marca da instabilidade do capitalismo flexível até a expansão das formas e participação política – antes ligadas à imagem de jovens estudantes partidários e hoje conjugada ao ativismo em redes digitais –, cabe identificar o nexo entre os afetos e a passagem do tempo. Pollak (1992) identificou as relações entre a memória e pertencimentos ligados a identidades de grupos por meio do sentimento de continuidade e coerência através do vínculo, uma lógica na qual o passado funciona como aporte para a integração coletiva. A partir desses passados negociados, memórias são ressignificadas e ligadas a acionamentos contemporâneos, nos quais nostalgias impulsionam movimentos tradicionalistas e conservadores na cena pública, na articulação entre afetos compartilhados e política (Mouffe, 2009; Marques; Carlos, 2025). Vejamos como as relações entre inseguranças individuais, preocupações com o futuro e posições políticas se relacionam.

No plano das conexões entre as nostalgias e as expectativas futuras de ordem, Sennett (2014a) realizou um estudo sobre o ambiente de trabalho e as consequências pessoais dos processos de flexibilização que prometem ampliar o tempo e as oportunidades. Comparando o caso de duas gerações de uma mesma família, o pai Enrico e o filho Rico, observa como as promessas de flexibilização das burocracias e ampliação das liberdades de moldagem da própria vida resultaram em

uma série de riscos capazes de ameaçar o senso de compromisso e de lealdade. Como executar projetos duradouros e estabelecer valores de longo prazo em uma sociedade imediatista?

Sennett observa como Enrico, o pai, trabalhando como faxineiro, consegue alcançar objetivos como a compra do imóvel, o financiamento do estudo dos filhos e a criação de reservas econômicas. Por outro lado, o filho, formado em engenharia e que atuou como consultor em empresas de computadores do Vale do Silício, conta a sua história entre mudanças, demissões e instabilidades. Sua rotina flexível e contínua impedia o estabelecimento de compromissos e uma reserva do tempo para a família. “O esquema de curto prazo das instituições modernas limita o amadurecimento da confiança informal” (Sennett, 2014a, p. 24).

O padrão de comportamento de curto prazo, segundo Rico, era incompatível com as relações de confiança e senso de comprometimento com os filhos. O dilema de Rico aparecia através das queixas das regras mesquinhas de seu pai (que contava moedas e controlava horários), enquanto criança, e o medo de uma futura falta de disciplina dos seus próprios filhos. Para Sennett, Rico não podia oferecer a substância de sua vida de trabalho como modelo o qual seus filhos poderiam seguir. “Você não imagina como me sinto idiota quando falo de compromissos mútuos com meus filhos. Para eles, é uma virtude abstrata”, diz Rico (Sennett, 2014a, p. 26). A vida do pai Enrico era mais linearmente ordenada, onde algum grau de previsibilidade garantiria um planejamento voltado às melhorias da vida da família. Enrico, assim, tornava-se autor de sua narrativa biográfica, o que conferia um senso de compromisso com os filhos. Nas linhas de Sennett, a vida da geração anterior é contada em termos de começo, meio e fim, tendo como protagonista, o próprio pai, Enrico.

Pelo diagnóstico do contraste entre ampliação das potencialidades e desorientação em Giddens (1991) e em Sennett (2014a), o argumento envolve as relações entre aspirações por liberdades capazes de tornar o indivíduo autor de sua própria história e legislador de seu próprio tempo.

Como conectar uma narrativa de identidade a uma história de vida, se a nova economia nos coloca à deriva no tempo, de emprego em emprego, de relação em relação?

Esse paradoxo *mais tempo, menos disponibilidade* estabelece uma relação entre a ampliação das liberdades e as aspirações pela recuperação de ordenamentos mais rígidos. Na conversa, Rico se declara liberal e demonstra respeito às minorias. Por outro lado, se considerava também um “conservador cultural” ao afirmar seu “ódio” ao que chamou de “parasitas sociais”, pessoas que viviam da previdência e que gastavam os cheques do governo (Sennett, 2014a, p. 28). No relato, Sennett observa que as formas de comportamento flexíveis de Rico não servem aos seus papéis de pai ou de membro de uma comunidade: “o conservadorismo cultural que defende forma um testamento à coerência que sente faltar em sua vida” (Sennett, 2014a, p. 29).

Rico se concentra em sua pura determinação de resistir; não vai ficar à deriva. Quer resistir, sobretudo à ácida erosão daquelas qualidades de caráter, como lealdade, compromisso, propósito e resolução, que são de longo prazo na natureza. Afirma valores atemporais que caracterizam quem ele é – para sempre, permanentemente, essencialmente. Tornou-se estático, está encurralado na pura e simples afirmação de valores (Sennett, 2014a, p. 31).

Nesse sentido, Rico assume sua disposição em ser responsabilizado por suas competências multifuncionais e flexibilidade no trabalho, virtude que, paradoxalmente, não oferece valores duráveis. Seu comportamento flexível e de curto prazo é uma qualidade; contudo, o enfraquece na afirmação de valores atemporais diante dos filhos. Como imerso em um dilema temporal, Rico não deseja o retorno ao ordenamento rígido coordenado pelo pai, mas o quadro de desorientação e volatilidade apontado para o futuro parece justificar sua posição autodenominada “conservadora”, especialmente quando pensa nos filhos.

As confusões e ansiedades da mudança criaram nele essa oscilação para o extremo oposto; talvez por isso não possa mostrar a sua própria vida como uma história ilustrativa aos filhos, talvez porque, ouvindo-o, não tenhamos o senso de desenvolvimento do seu caráter, da evolução de seus ideais (Sennett, 2014a, p. 32)

Através do caso de Rico, Sennett abre uma fenda na relação entre os dilemas trazidos por um tempo que se apresenta como flexível, porém é vivenciado em termos de compressão das liberdades e fragmentação das tarefas, no contexto das relações de trabalho. Caracteriza-se pelas consequências subjetivas da impossibilidade de composição da narrativa de si vinculada a um senso de compromisso duradouro e as movimentações de uma sociedade volátil e de curto prazo. Rico afirma um posicionamento político autodeclarado como “conservador cultural”, expressão do desejo de segurança em relação ao que projeta aos filhos – antecipações do futuro que se tornam parte do presente, naquilo que Giddens (1991) chamou de “realismo utópico”. Para o autor inglês, a faculdade de estabelecer prescrições ou antecipações do futuro para o estado das coisas guarda a função de bloquear o caráter aberto trazido por uma modernidade orientada pela ruptura ameaçadora. Ao final de seu livro *As consequências da modernidade*, Giddens (1991) ensaia uma importante relação entre o esvaziamento das expectativas de futuro e o desejo de recuperação de ordenamentos mais rígidos.

Num mundo pós-moderno, o tempo e o espaço já não seriam ordenados em sua inter-relação pela sua historicidade. Se isto implicaria um ressurgimento da religião numa forma ou em outra é difícil dizer, mas *ocorreria supostamente uma renovação da fixidez em alguns aspectos da vida que lembrariam certas características da tradição*. Tal *fixidez*, por sua vez, propiciaria um embasamento para o sentido de segurança ontológica, reforçado pela consciência de um universo social sujeito ao controle humano (Giddens, 1991, p.193, grifo meu).

Ao especular o ressurgimento de ordenamentos fixos que revitalizam características da tradição, Giddens aponta para um movimento de restauração da *segurança ontológica*. Para uma reflexão, os traços identificados por Sennett através do conservadorismo cultural e por Giddens através do ressurgimento da fixidez oferecem indícios de um contramovimento no que diz respeito às ameaças trazidas pela combinação de *presentes que esgotam* e *futuros que ameaçam*. Dissociado de uma linearidade sequencial e fragmentado em seus ordenamentos, as temporalidades implodiram as separações entre o público e o privado, entre o trabalho e o lazer, entre a produção e o consumo.

Quando Sennett pensa a subjetividade conservadora e Giddens aciona uma renovação da fixidez como expressão da segurança, é possível pensar as relações entre acionamentos do passado ligados a expectativas para o futuro. Mais recentemente, trabalhos como o de Byung-Chul Han (2017) tratam da sensação de esgotamento diante da hipervalorização do desempenho individual revestido por uma retórica de autossuficiência e positividade, no contexto neoliberal. Para o autor, a contemporaneidade se apresenta como estruturas liberadas da rigidez das regras e dos mecanismos de coerção, em favor da lógica do autogerenciamento.

Doenças psíquicas, como depressão e *burnout* são expressões de uma profunda crise da liberdade: são sintomas patológicos de que hoje ela se transforma muitas vezes em coerção. O sujeito do desempenho, que se julga livre, é na realidade um servo absoluto na medida em que, sem um senhor, explora voluntariamente a si mesmo (Han, 2017, p. 10).

Para Han, na medida em que o sujeito do desempenho está livre de uma dominação externa, encontra-se submetido a si próprio, uma violência autogerada pelo gerenciamento dos próprios horários, do lazer, das atividades físicas, dos intervalos de descanso etc. No plano

do ambiente digital, Han (2022) denominou *regime de informação* a forma de dominação que não incide apenas sobre o corpo dócil e em termos de obediência, como nos regimes disciplinares de Foucault, mas nos nervos, sob forma de incitação ao exercício de um tipo de liberdade traduzida pelos imperativos de autenticidade, performance e criatividade. O paradoxo dessa liberdade reside no fato de as pessoas estarem aprisionadas aos fluxos informacionais através de “grilhões que elas mesmas afivelaram”, na conveniência do cotidiano coberto por máquinas de buscas, aplicativos inteligentes e assistentes de voz, que fazem do *smartphone* um informante eficiente. Em vez de dar ordens, “dá toques”, “sussurra” (Han, 2022, p. 14).

Ao exercer um controle psíquico baseado em estímulos positivos, “o sujeito do desempenho explora a si mesmo até consumir-se completamente (*burnout*). Ele desenvolve um processo de agressividade” (Han, 2017, p.101). Em diálogo, a questão apresentada por Han indica um quadro aguçado do debate apresentado por Sennett a respeito das subjetividades esgotadas por sua relação com o tempo⁴. Não por acaso, a tese de Han deságua no encontro de um tipo subjetividade narcísica, voltada estritamente a arranjos comunitários que endossam seu estilo de vida, escolhas e preferências políticas em comum.

A atomização e a narcisização crescente da sociedade nos ensurdecem perante a voz do outro. Levam igualmente à perda da empatia. Hoje, cada um presta homenagem ao culto de si mesmo. Cada um performa e se produz. Não é a personalização algorítmica da rede, mas o desaparecimento do outro, a incapacidade de ouvir atentamente, que é responsável pela crise da democracia (Han, 2022, p. 36).

⁴ Sobre o narcisismo moderno, em *O declínio do homem público*, Sennett (2014b) desenvolve uma análise da subjetividade narcísica pela tese da desvalorização da vida pública e hipervalorização das relações pessoais e emoções íntimas, o que causaria, em última instância, a erosão das formas de convivência com as diferenças.

Em *No enxame*, Han (2018b) retoma o tema da narcisização pela atomização dos sujeitos, um aglomerado de indivíduos hiperconectados em uma dinâmica rápida e barulhenta, guiada por *likes* e completamente dissociada da ideia de objetivos comuns e de relações com a alteridade, que vivenciam uma espécie de vigilância voluntária no ambiente digital. Nessa violência da positividade digital, a impossibilidade de suportar a negatividade do ser corresponderia à impossibilidade de suportar a alteridade, a relação do outro. Tal fenômeno deságua na crise das democracias em uma articulação entre o digital e a política (Han, 2018b).

A partir desse movimento que vai da insegurança a um esgotamento das expectativas, combinado a um tipo de individualidade voltada para a autogestão da performance, o quadro de “narcisização” produz o “ensurdecimento” das diferenças, na medida em que apresenta o pertencimento como proteção (Han, 2018a, 2018b, 2022). Nesse registro, edificam-se os discursos nostálgicos que atravessam o debate político, onde as disputas públicas se tornam trincheiras para movimentações rápidas de pertencimento, a partir das quais os sujeitos definem e atacam seus opositores políticos, tomados como inimigos. Uma dessas expressões se encontra na Frente Parlamentar em Defesa da Educação sem Doutrinação Ideológica.

5. Nostalgias de ordem e de pertencimento na FPDEDI

No Brasil, especialmente após o mandato presidencial de Jair Bolsonaro, uma série de projetos de lei de orientação populista têm sustentado discursos baseados no mecanismo conservador de recuperação de passados imaginados como ordenamentos mais fixos, em combate às ameaças representadas por opositores políticos (Marques; Carlos, 2025; Miguel, 2021). O bolsonarismo instaurou um amplo movimento de interpelação ao Estado em favor de demandas autoritárias fundamentadas na moral e nos costumes, orientação que se voltou às disputas por políticas educacionais e colocou a escola no centro do debate (Lopes; Cunha; Costa, 2025).

No plano do populismo conservador, essas disputas se manifestam através de discursos pelo resgate da tradição, como destaca Miguel (2021), ao analisar o discurso de posse de Vélez Rodríguez, primeiro ministro da educação de Bolsonaro, que “expõe a nostalgia de uma sociedade regida por tradições que não permitem questionamento”, onde a escola se torna espaço que precisa ser reservado de influências negativas (Miguel, 2021, p. 9).

Com base no pressuposto do discurso voltado à mobilização de afetos particularmente negativos (Marques et al., 2025), por vezes ressentidos (Brown, 2019; Vogl, 2023), que habita as plataformas digitais (Cesarino, 2019), o debate sobre as políticas educacionais no espectro do populismo de direita ocorre. Em 2023, foi criada a Frente Parlamentar em Defesa da Educação sem Doutrinação Ideológica (FPDEDI), de autoria dos deputados Gustavo Gayer⁵, Marcos Pollon e Mario Frias, todos do Partido Liberal, além da participação ativa do deputado Nikolas Ferreira (PL/MG)⁶. Em comum, os deputados se declaram influenciadores digitais ativos em vídeos e redes sociais, com posições pró-armas e contra o aborto, sempre em linguagem simples e contundente, repleta de analogias e de ironias. Todos comunicam a públicos jovens (Gayer possui uma rede de cursos de inglês e Frias é conhecido por suas passagens como ator da Rede Globo). A idade – Frias com 54 anos, Nikolas com 29 anos, enquanto Gayer e Pollon com 44 anos – é um contraponto à imagem de políticos conservadores mais velhos, especialmente considerando a postura dos parlamentares.

Frente Parlamentar é um movimento de união de vários parlamentares no sentido de exercer pressões políticas, mobilização de pesquisas,

⁵ Gayer é parlamentar conhecido por episódios envolvendo a divulgação de notícias falsas na pandemia, por assédio eleitoral, por ataques ao sistema eleitoral e ao STF, além de falas de ódio (Feitosa, 2023). Em dezembro de 2025, foi indiciado pela Polícia Federal em quatro acusações: associação criminosa, falsidade ideológica, falsificação de documento particular e peculato (Bonfim; Falcão, 2025).

⁶ A partir da prisão de Bolsonaro, em 2025, o deputado Nikolas Ferreira é considerado uma das principais figuras representantes da direita na política atual, sendo disputado por aliados e com participação ativas nas redes sociais, entre os quase 22 milhões de seguidores (Fantin, 2026).

promoção de debates públicos e elaboração de relatórios para sustentação de projetos de lei. É o primeiro movimento de aproximação, fundamentação e construção de decisões políticas endossadas pela população, pois inclui o diálogo com representantes da sociedade civil – no caso da educação, pais, professores, alunos e membros da comunidade escolar. Para esta pesquisa, a escolha do material produzido pela Frente Parlamentar se deve ao impacto que este tipo de arranjo político produz nas movimentações regimentais e processos decisórios dentro das casas legislativas. Sua força resultou na eleição de Nikolas Ferreira para a presidência da Comissão Parlamentar de Educação.

Para se ter uma ideia do impacto, o recente debate a respeito da aprovação do projeto que equipara o aborto em até 22 semanas de gestação ao crime de homicídio parte dos trabalhos da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional, tendo como autor seu integrante o deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ). Na ocasião, o requerimento de votação em regime de urgência – aprovado em menos de 30 segundos e sem passar pelas comissões da Câmara – foi pedido pelo coordenador da mesma Frente Parlamentar, o deputado Eli Borges (PL-TO). Em seus trabalhos, os deputados da Frente Parlamentar se colocam como defensores diretos dos anseios da sociedade civil, o que configura encontros marcados por discursos com grande teor emocional. Por se apresentar como suprapartidário, assume-se como um movimento orgânico no sentido de genuína expressão do desejo da sociedade, ou seja, sem contaminação partidária. Nesse sentido, trata-se de um movimento de eficácia procedimental considerável nas Câmaras, além de grande apelo no debate público.

O requerimento de criação da FPDEDI é assinado por Gayer e datado em fevereiro de 2023. Em apenas uma página, anuncia suas intenções e justifica:

A doutrinação ideológica no ensino pode ter consequências profundas e duradouras para o desenvolvimento das crianças e jovens, pois limita o espaço para o diálogo e a reflexão crítica,

além de promover uma visão unilateral e reducionista da realidade (Gayer, 2023).

Na nomenclatura dos autores do texto, “doutrinação ideológica”, termo que ganhou notoriedade no contexto da criação do Movimento Escola Sem Partido⁷, refere-se a uma expressão acusatória utilizada por políticos conservadores em relação a conteúdos escolares, tais como a educação sexual e a diversidade de gênero (Garcia; Dias, 2024). “Um de seus slogans é ‘meus filhos, minhas regras’, usado nas intervenções públicas do grupo e também como *hashtag* nas redes sociais” (Miguel, 2021). No documento, segundo o texto, tais conteúdos seriam manipulados em favor de temas impróprios para crianças, classificados como “ideologia de gênero”, utilizados para interferir em questões como a sexualidade dos alunos. Para além das definições esvaziadas do termo em falas conservadoras, importa destacar como seu acionamento adquire um sentido de ameaça – “consequências profundas e duradouras no desenvolvimento das crianças”. Aqui, o futuro é apresentado como movimento contra o qual é preciso resistir. Na sequência dessa construção, o texto aciona elementos próprios de uma linguagem progressista e democrática, ao se posicionar do lado oposto a quem “limita o espaço para o diálogo” e “promove uma visão unilateral e reducionista da realidade”. O parágrafo combina aspectos conservadores e inverte o campo semântico ao associar temas como educação sexual e diversidade de gênero, identificados como ideologia, com “visões unilaterais e reducionistas”. Nesse sentido, de acordo com o texto, o combate a tais conteúdos seria expressão de uma visão plural e ampla do ensino. Trata-se de um processo

⁷ Sobre o Escola sem Partido, Garcia e Dias (2024) identificam sua origem em 2003, a partir da reclamação de um procurador de São Paulo a respeito dos conteúdos ministrados em sala de aula para a sua filha, especificamente a acusação de doutrinação que o professor de História cometia ao comparar a Che Guevara a um santo. O caso ganhou repercussão nacional e resultou numa série de movimentos contra uma suposta contaminação ideológica na educação. Após uma década de atuação limitada, o movimento ganhou força em 2013 e passou a ser incorporado por políticos no contexto de crise do governo Dilma Rousseff (2011-2014).

de recuperação de passados imaginados como ordenados e atualizados em linguagem que defende a “reflexão crítica” e critica a “visão unilateral” contra a qual se posiciona. Segue o documento:

Por isso, é necessário criar uma frente parlamentar para debater e acompanhar políticas públicas, garantindo que o ensino seja isento de qualquer tipo de preconceito e doutrinação, propiciando aos alunos acesso a conteúdos diversos, fundamentados em evidências científicas e respeitando a diversidade de opiniões (Gayer, 2023).

Nesse ponto, categorias como “preconceito” e “doutrinação” são articuladas entre si e mobilizadas como fundamentação da luta da Frente Parlamentar, enquanto categorias como “diversidade” são alinhadas aos propósitos do documento. Nos termos do documento, é a FPDEDI que está ao lado da diversidade e contra o preconceito. Considerando a associação entre termos como “preconceito-doutrinação” a sentidos apontados para retrocessos, enquanto termos como “diversidade” apontam para orientações progressistas, o texto produz uma inversão, apesar da autodeclarada posição conservadora de seus autores. Se, na prática, a Frente Parlamentar atua orientada por um imaginário de *passado ordenado*, uma vez que estimula o controle das liberdades de cátedra de professores em sala de aula e defende uma educação pautada por orientações binárias de sexo definido por determinismos biológicos, na linguagem, o documento se encontra alinhado a termos voltados à projeção da ampliação das liberdades, como a associação com a “diversidade de opiniões”.

A ata da FPDEDI é um documento de cinco páginas, mas que guarda um poder político considerável: é assinada por 186 deputados de vários partidos de múltiplas orientações ideológicas. No texto, os parlamentares apresentam seus objetivos: “conscientizar pais, docentes e demais profissionais no ramo de ensino, alunos e representantes da sociedade civil da ocorrência de doutrinação ideológica em ambientes de ensino no Brasil”. Na sequência, propõe o monitoramento e promoção de ações

“para fortalecer a família como instituição mais importante da sociedade” (Câmara dos Deputados do Brasil, 2023, p. 2). Aqui, a tese da ameaça futura aparece como retórica de combate, acionando o termo “doutrinação” – que sugere a privação de liberdades – como ameaça à família.

O documento se desenvolve em formato cíclico, sendo recorrentes os termos “resgate”, “valores da família” e “liberdade de expressão”. Ao defender “o resgate da soberania dos pais” (Câmara dos Deputados do Brasil, 2023, art 2, inc VIII), tende a se aproximar de um imaginário de ordem fornecido pela ideia de controle da própria narrativa rumo ao progresso, tal como no exemplo do pai Enrico, de Sennett. Como instrumento discursivo, o texto é capaz de tocar nas preocupações de indivíduos, como o filho Rico em relação ao cenário de inseguranças oferecido aos seus filhos. Ao costurar uma falsa associação entre as inseguranças do futuro e uma suposta desvirtuação do ensino escolar, acusado de se distanciar dos valores da família, o documento restaura um horizonte de expectativas fincado em passados caracterizados por ordens mais rígidas, a renovação da fixidez identificada por Giddens (1991). No entanto, ao postular como objetivo a recuperação da “soberania dos pais”, para que eles tenham “autoridade para questionar, criticar e reprovar grades curriculares e métodos de ensino”, recria passados imaginados, um cenário de controle da grade curricular pelos pais que, de fato, nunca existiu. A nostalgia é a da imagem de uma educação libertada da “doutrinação” e composta por termos como família e valores, no entanto, tal imagem é reelaborada através “do resgate da soberania dos pais” como controladores dos conteúdos. Aqui, a nostalgia se torna instrumento de defesa dos interesses políticos e se reatualiza, incorporando elementos autoritários que nunca existiram, tal como o controle dos pais.

O texto fala em “garantir um ambiente educacional livre de doutrinação ideológica”, em outra parte, explicada como “lavagem cerebral esquerdo-marxista na mente das crianças e jovens do Brasil” (Câmara dos Deputados do Brasil, 2023, p. 2). Nesse ponto, “garantias”

são ofertadas como sinônimo de “liberdade” diante da “doutrinação”. Isto é, o discurso nostálgico é apontado para um sentido de retorno da “liberdade” em oposição a outros passados indesejáveis – na perspectiva dos parlamentares autores do texto, “lavagem cerebral esquerdo-marxista”. Através desse argumento polarizado, é possível constatar a formação de “bolhas” ideológicas marcadas pelo “ensurdecimento da voz do outro”, nos termos de Han (2022, p. 36). Referindo-se ao pós-factual como cenário político marcado por redes sociais, pertencimentos, ódio e notícias falsas:

No universo pós-factual das tribos digitais, a opinião não tem mais relação alguma com os fatos. Desse modo, prescinde de toda e qualquer racionalidade. Não é nem criticável, nem necessita de fundamentação. Quem se compromete com ela, contudo, recebe uma sensação de pertencimento. O discurso é substituído, portanto, pela crença e pelo voto de fé. Fora da área de cada tribo, então, há apenas inimigos – os outros, afinal – que devem ser combatidos (Han, 2022, p. 39).

O documento segue e prevê a formação de assembleias e o compromisso em proporcionar “visibilidade àqueles pais, alunos e familiares que já foram prejudicados [...] pelos efeitos, mudanças de mentalidade ou comportamento [...] que o contato com essa ideologização promove” (Câmara dos Deputados do Brasil, 2023, p. 2-3). A tal “ideologização” referida, embora não explicitada no documento, aponta para o que os autores chamam de “disseminação da ideologia de gênero no Brasil”. Nesse ponto, a nostalgia recupera signos de pertencimento a um imaginário de ordem tradicional, tais como “família”, “valores” e “preocupação com os filhos” não apenas para orientação de expectativas políticas, mas também para despertar sensações de pertencimento em oposição aos “inimigos” (Han, 2022), identificados no documento como “doutrinadores ideológicos”.

A breve reflexão sobre os conteúdos do documento da FPDEDI permite identificar o acionamento de nostalgias ressignificadas no presente

dentro de uma relação complexa: trata-se da revitalização de conteúdos do passado, como a família e os valores tradicionais, conjugados a um sentido de libertação da doutrinação ideológica através do resgate da soberania dos pais no controle dos currículos. Aqui, os signos do passado retornam através de uma conjugação de *maior liberdade* por meio de *maior controle*. Como consequência, remonta um cenário perigoso, no sentido de Hannah Arendt, da necessidade de mediação entre o passado e o futuro através do pensamento crítico, que se encontra cada vez mais em vias de se perder.

6. Conclusão

Na justificativa do trabalho de abertura da Frente Parlamentar em Defesa da Educação sem Doutrinação Ideológica, é recorrente a menção ao trabalho dos parlamentares como meros mediadores de sentimentos da população em relação àquilo que desejam para o futuro do país, especialmente das crianças. O documento possui um papel que não pode ser subestimado, uma vez que possui uma ampla frente formada por 186 representantes do poder legislativo comprometidos com o texto apresentado. A formação da Frente foi aprovada e segue a pleno vapor em seus trabalhos. Desde a proposta inicial do Plano Nacional de Educação de incluir a educação sexual e os debates sobre as relações de gênero nas escolas, em 2010, uma série de reações surgem como contraponto fundamentado em argumentos recorrentes, como a recuperação de passados ligados à imagem da família tradicional na educação. Como consequência política, tais nostalgias apontam para a recuperação das desigualdades de gênero e para o restabelecimento dos papéis dentro de uma normatividade marcada pela dominação binária e heterossexual. Ao resgatar signos como o da “família tradicional” e seus “valores”, de orientação heteronormativa, tais discursos realizam o trabalho de recuperação das formas de dominação como refundadoras de ordens sociais mais seguras. Além disso, posicionam-se em favor do exercício autoritário do controle dos pais em relação aos

conteúdos ensinados pelos professores. Tais acionamentos, ancorados em um imaginário de passado como princípio ordenador, assumem linguagens joviais e libertárias, identificadas com termos como “diversidade” e “reflexão crítica”.

Paralelamente, essas nostalgias oferecem ao indivíduo atravessado por inseguranças uma âncora de pertencimento, na qual pessoas se associam politicamente em nome da defesa da conservação de signos do passado ressignificados no presente. Diante dos medos e ansiedades inscritas nas inseguranças contemporâneas, a psicopolítica instrumentaliza os afetos ao oferecer “abrigo” contra os inimigos ameaçadores do multiculturalismo e da esquerda marxista. Além disso, um paradoxo dos acionamentos de passados aparece através de seus vínculos com figuras do legislativo ligadas a juventudes, como Nikolas Ferreira, Mario Frias e o próprio Gustavo Gayer. Como jovens políticos, trata-se de representantes simbolicamente projetados ao futuro, porém, posicionados como defensores de passados específicos vinculados à recuperação de arranjos desiguais entre gêneros.

No documento da FPDEDI, toda justificativa está fundamentada em uma ideia de resgate dos valores da família, uma imagem nostálgica apresentada como extremo oposto ao “inimigo” a ser combatido: a “doutrinação” causada pela inclusão de conteúdos como a educação sexual e o debate de gênero nas escolas. Portanto, os signos nostálgicos ligados à noção de família tradicional aparecem como instrumento político de combate ao outro ameaçador de futuros cada vez mais inseguros.

A nostalgia é, nesse registro, objeto de apropriação, instrumentalização e pertencimento político. Recentemente, a dramaturga Lynn Nottage (Smith, 2016), vencedora do prêmio Pulitzer, desenvolveu uma peça baseada em anos de trabalho com entrevistas entre os moradores de Reading, Pensilvânia, considerado um dos bairros mais pobres dos Estados Unidos. Na peça, em referência ao contexto político de Donald Trump, um dos personagens diz que a nostalgia é uma “doença dos americanos brancos” em seu desejo de conservação de uma América que nunca existiu, apenas imaginada.

Quando constatamos jovens como o deputado Nikolas Ferreira, de 29 anos, indicado para a presidência da Comissão de Educação da Câmara com a força política da FPDEDI, liderando os trabalhos da mesa diretora e argumentando em nome do resgate dos valores da família, é possível pensar alguns pontos. O medo de futuros cada vez mais ameaçadores da sensação de segurança, conjugado a um estado de avidez consumista por novidades na política, tem produzido acionamentos políticos ligados a nostalgias específicas.

Os acionamentos discursivos voltados para fins políticos fazem da nostalgia um potente instrumento de mobilização e pertencimento. Do ponto de vista do estudo do acionamento de emoções nostálgicas na política, trata-se de um campo de pesquisa de grande rendimento teórico para análise do legislativo e suas ressonâncias com diagnósticos do tempo presente. É através desse aspecto que as nostalgias se abrem como amplo campo de estudos na contemporaneidade, no qual as pessoas sentem, desejam, praticam e acionam signos do passado e suas mais variadas formas de expressão.

Referências

1. ANGÉ, Olivia; BERLINER, David. **Anthropology and nostalgia**. Oxford: Berghan Books, 2015.
2. ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2011.
3. BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Jorge Zahar, 2001.
4. BONFIM, Camila; FALCÃO, Márcio. **PF indicia deputado Gustavo Gayer por suspeita de desvio de cota parlamentar**. G1 – Portal de Notícias, 11 dez. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/camila-bomfim/post/2025/12/11/pf-indicia-deputado-gustavo-gayer-pl-go-sob-a-suspeita-de-desviar-dinheiro-da-cota-parlamentar.ghtml> Acesso em: 1 fev. 2026.
5. BOYM, Svetlana. **The future of nostalgia**. New York: Basic Books, 2001.
6. BROWN, Wendy. **In the ruins of neoliberalism: the rise of antidemocratic politics in the west**. New York: Columbia University Press, 2019.

7. CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL. **Requ 2196/2023**: requerimento de criação de Frente Parlamentar em Defesa da Educação Sem Doutrinação Ideológica. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2372859>. Acesso em: 17 fev. 2024.
8. CESARINO, Letícia. Identidade e representação no bolsonarismo. Corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. **Revista de Antropologia**, v. 62, n. 3, p. 530-557, 2019. DOI: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2019.165232>.
9. CESARINO, Letícia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: ascensão do populismo digital no Brasil. **Internet & Sociedade**, n. 1, v. 1, p. 91-120, 2020.
10. CESARINO, Letícia. As ideias voltaram ao lugar? Temporalidades não lineares no neoliberalismo autoritário brasileiro e sua infraestrutura digital. **Caderno CrH**, v. 34, p. 1-18, e021022, 2021.
11. CROSS, Gary. **Consumed Nostalgia**. New York: Columbia University Press, 2017.
12. DAVIS, Fred. **Yearning for yesterday**: a sociology of nostalgia. New York: Free Press, 1979.
13. DIJK, Teun van. **Discurso e contexto**: uma abordagem sociocognitiva. São Paulo: Editora Contexto, 2012.
14. DOSSE, François. **História do estruturalismo**. São Paulo: Unesp, 2018. v. 1.
15. DUFFY, Bobby. **Generations**: does when you're born shape who you are? London: Atlantic Books, 2021.
16. FANTIN, Rafael. **Como Nikolas Ferreira se tornou peça-chave na estratégia da direita para 2026**. Gazeta do Povo, 2026. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2026/como-nikolas-ferreira-se-tornou-pecachave-estrategia-direita-2026/>. Acesso em: 17 fev. 2026.
17. FEITOSA, Larissa. **Ataques às eleições, fake news na pandemia, ofensas a ministros**: relembre polêmicas envolvendo o deputado Gustavo Gayer que afirmou que africanos têm baixo QI. G1 – Portal de Notícias, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2023/09/25/ataques-as-eleicoes-fake-news-na-pandemia-ofensas-a-ministros-relembre-polemicas-envolvendo-o-deputado-gustavo-gayer-que-afirmou-que-africanos-tem-baixo-qi.ghtml>. Acesso em: 17 fev. 2026.
18. GARCIA, Miliandre; DIAS, Jennifer Caroline. O movimento Escola sem Partido: entre o controle político da atividade docente e as tentativas inconstitucionais

- de retomada da censura. **Revista Brasileira de Educação**, v. 29, p. e290055, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782024290055>.
19. GAYER, Gustavo. **Requerimento 2196-2023 - Criação de Frente Parlamentar**. Câmara dos Deputados do Brasil, 2023. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2297326&filename=Tramitacao-REQ%202196/2023. Acesso em: 17 abr. 2024.
 20. GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
 21. GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
 22. HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.
 23. HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Editora Âyine, 2018a.
 24. HAN, Byung-Chul. **No enxame: perspectivas do digital**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018b.
 25. HAN, Byung-Chul. **Infocracia: digitalização e a crise da democracia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2022.
 26. HARTOG, François. **Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Autêntica, 2013.
 27. HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2006.
 28. JANKÉLÉVITCH, Vladimir. **L'Irréversible et la Nostalgie**. Paris: Flammarion, 1974.
 29. KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
 30. LACLAU, Ernesto. **A razão polulista**. São Paulo: Três Estrelas; Buenos Aires: Ariel, 2005.
 31. LOPES, Alice Casimiro; CUNHA, Érika Virgílio Rodrigues da; COSTA, Hugo Heleno Camilo. Como enfrentar o negacionismo e a crítica à educação em tempos de populismo de direita?. **Sociologias**, v. 27, n. 64, p. e139936, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0337/e139936>.
 32. MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice. **Karl Mannheim: sociologia**. São Paulo: Ática, 1982. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

33. MARQUES, Marcelo de Souza, *et al.* Tecnopolíticas e configurações extremistas na era das plataformas digitais. **Revista de Estudios Sociales**, v. 94, p. 3-22, 2025.
34. MARQUES, Marcelo de Souza; CARLOS, Euzeneia. O populismo de extrema direita no governo Bolsonaro: uma abordagem discursiva. **Sociologias**, v. 27, n. 64, p. e140107, 2025.
35. MIGUEL, Luis Felipe. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. **Cadernos Pagu**, n. 62, p. e216216, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449202100620016>.
36. MOUFFE, Chantal. **The democratic paradox**. Londres: Verso, 2009.
37. NATALI, Marcos Piason. **A política da nostalgia**: um estudo das formas do passado. São Paulo: Nankim, 2006.
38. OPEN SOCIETY FOUNDATIONS. **Open Society Barometer**: can democracy deliver? 2023. Disponível em: <https://www.opensocietyfoundations.org/focus/open-society-barometer>. Acesso em: 17 abr. 2024.
39. PALÁCIO, Fábio. **Estética fascista une fantasias de Bolsonaro e Mussolini com motos**. São Paulo: Folha Ilustríssima, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/05/estetica-fascista-une-fantasias-de-bolsonaro-e-mussolini-com-motos.shtml>. Acesso em: 20 abr. 2024.
40. PENTEADO, Claudio Luis de Camargo *et al.* Democracia e liberdade em disputa nas redes: uma análise da tentativa de golpe de Estado no Brasil em 2023. **Revista de Estudios Sociales**, v. 94, p. 23-43, 2025.
41. PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano de. (Org.). **Brasil em transe**: nova direita e desdemocratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.
42. PINHO, Márcio; SANTIAGO, Tatiana. **Nova versão da Marcha da Família percorre ruas do Centro de SP**. G1, 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/03/manifestantes-se-reunem-para-nova-versao-da-marcha-da-familia-em-sp.html>. Acesso em: 20 abr. 2024.
43. POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
44. ROSA, Hartmut. **Aceleração**: a transformação das estruturas temporais na modernidade. São Paulo: Unesp, 2019.
45. SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2014a.

46. SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**. Rio de Janeiro: Record, 2014b.
47. SIMMEL, Georg. **Sobre la aventura: ensayos filosóficos**. Barcelona: Ediciones Península, 1988.
48. SMITH, David. **Lynn Nottage**: “Nostalgia is a disease many white Americans have”. Washington: The Guardian, 17 fev. 2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/stage/2016/feb/17/lynn-nottage-sweat-donald-trump-bernie-sanders>. Acesso em: 17 abr. 2024.
49. URRY, John. **What is the future?** Cambridge: Polity, 2016.
50. VOGL, Joseph. **Capital y resentimiento**. Buenos Aires: Adriana Hidalgo Editora, 2023.

Fonte de financiamento: Nenhuma.

Conflito de interesses: Nenhum.

Aprovação do Comitê de Ética: nada a declarar.

Disponibilidade de Dados: Dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do artigo.

Uso de tecnologia assistida por inteligência artificial: Os autores declaram que nenhuma ferramenta de inteligência artificial foi utilizada na pesquisa aqui relatada ou na preparação deste artigo.

Editor: Gabriel Bandeira.

Eduardo Moura Oliveira é doutor em Ciências Sociais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. eduardomoura@gmail.com

Recebido: 16 ago. 2024.

Aceito: 13 fev. 2026.